

Atravessamentos Históricos – uma reflexão sobre o contexto sociopolítico brasileiro na contemporaneidade

Historical Crossings – a reflection on the brazilian socio-political context in contemporary times

*Marcela Diniz Dumas**

Resumo

É possível verificar que, ao longo da história, algumas transformações socioculturais e econômicas se deram alterando substancialmente o nosso olhar sobre o mundo e as relações. É possível perceber uma ação imbricada neste processo ao se notar que o ser humano é o autor dessas mudanças, ao mesmo tempo em que padece de tal cenário. A passagem da modernidade para a pós-modernidade pode ser um dos exemplos desse panorama de variações. O presente estudo tem como objetivo realizar um breve passeio histórico em torno dessas mudanças com fins de aclarar suas possíveis influências no comportamento de muitos brasileiros e brasileiras hoje, assim como de elucidar a produção do atual cenário sociopolítico que se desenvolveu a partir daí.

Palavras-chave: Política. Comportamento. Contemporaneidade. Psicanálise.

Abstract

Throughout history it's possible to see that some socio-cultural and economic changes have occurred substantially changing our view of the world and the relations. One perceives an intermingled action in this process as one notices that the human being is the author of these changes, at the same time that he suffers from this scenario. The passage from modernity to postmodernity may be one of the examples of this panorama of variations. The present study aims to make a brief historical tour around these changes in order to clarify their possible influences on the behavior of many Brazilian men and women today, as well as to elucidate the production of the current socio-political scenario that has developed since then.

Keywords: Politics. Behavior. Contemporaneity. Psychoanalysis.

* Psicóloga. Especialista em Psicanálise Infantil. Psicoterapeuta de Casais e Famílias. Especialista em Neurociências Aplicadas à Aprendizagem. Membro associado ao Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro (CPRJ). Rio de Janeiro, RJ, Brasil. marceladnz@hotmail.com

Deve renunciar à prática da psicanálise todo analista que não conseguir alcançar em seu horizonte a subjetividade de sua época (LACAN, 1953/1998, p. 321).

Introdução

Tem sido frequente o espanto diante do inesperado comportamento de pessoas próximas, como parentes e amigos, assim como questionamentos sobre por que cresce a aceitação e/ou a paralisia de boa parte da sociedade frente a situações que antes não seriam aceitas ou normalizadas com facilidade – como a crescente perda de direitos trabalhistas, os massacres ambientais, a necropolítica, as políticas predatórias de variados níveis, os retrocessos dos padrões culturais, o ataque às instituições democráticas etc...

As razões encontradas para tentar explicar essas mudanças comportamentais de uma parcela da sociedade do nosso país não são fáceis, visto que são múltiplas e complexas. Mas, embora as futuras explicações expostas neste estudo não deem conta de elucidar totalmente a questão, podemos encontrar solo fértil para refletir se levamos em consideração a nossa construção subjetiva e as influências que as transformações socioculturais e econômicas têm sobre as nossas vidas.

É sabido que o interesse de Freud sempre foi o de estudar e compreender a singularidade do sujeito em conjunção com as questões referentes à sociedade e à cultura, traçando um entendimento aprofundado sobre suas interlocuções e interdependências. No entanto, durante muito tempo, a psicanálise não serviu de referência para a filosofia política devido ao fato de a mesma, ao longo do século XX, ter sido vista como apolítica ou como reacionária e conservadora, na medida em que seu discurso seria representativo dos interesses da pequena burguesia (BIRMAN, 2018).

Deste modo, coloca-se hoje a imperativa necessidade de dar à psicanálise um novo lugar, qual seja, o de referencial teórico para pensar o campo da política na contemporaneidade. Portanto, o presente estudo aspira a dar à psicanálise um *locus* privilegiado, colocando em questão a problemática do sujeito e da sua subjetividade diante da expansão espetacular da sociedade neoliberal no mundo contemporâneo. Neste sentido, se almeja não perder de vista o sujeito nas suas esferas individual e coletiva, a partir de um estudo interdisciplinar que aborde a sociedade brasileira.

Para começarmos a pensar...

De acordo com a psicanálise, a formação da nossa subjetividade se dá desde os primórdios da nossa infância quando a criança tem uma ilusão de onipotência e plenitude. Ela acha que completa a mãe, pois devido à prematuridade e precariedade do seu entendimento, se vê como o único e primordial objeto de desejo e de interesse desta última. Este período denominado de *Narcisismo* por Freud corresponde a uma fase inicial necessária que permeia o autoerotismo e o amor objetal, traçando caminhos diversos entre o eu e os objetos externos (FREUD, 1914/1980).

Isso ocorre porque existe uma condição natural de desamparo vivida pelo bebê ao nascer que faz com que a relação deste com o Outro seja condição necessária para a manutenção e preservação da sua vida. Nesse momento inicial o bebê se experimenta como um corpo despedaçado, sem contornos e sem significação e esse caos só pode ser suportado na relação com o Outro. É esse Outro quem vai nomear o bebê, é ele quem interpretará as suas sensações, necessidades e desejos. E é nessa operação de nomeação que vão sendo inseridos alguns significantes do Outro. O Outro (a mãe) interpreta o choro do bebê como a primeira via de comunicação com ela. A partir da interpretação dada pela mãe ao choro dessa criança – e do acolhimento desta demanda – o bebê vai sendo introduzido no campo simbólico. Portanto, o bebê vai tomando para si esses ditos do Outro.

Assim, o primeiro Outro do bebê, que normalmente é a mãe ou quem assume essa função, tem lugar privilegiado na sua formação psíquica. Por conta disso, Lacan se refere a essa figura essencial como o *Outro* (com letra maiúscula). É esse grande Outro elemento basilar para a constituição psíquica de qualquer sujeito. Depois vão surgindo outras figuras presentes no meio de convivência dessa dupla mãe-bebê – o pai, os irmãos, os familiares próximos, os vizinhos etc.

Porém, nenhuma dessas figuras consegue dar a esse bebê tudo o que ele precisa. Não existe a possibilidade de completude e de satisfação plena. Esses outros que cuidam do bebê, por mais dedicados, atenciosos e amorosos que sejam têm outros interesses, outras demandas, obrigações e desejos que apontam para outros lados. Desse modo, sempre fica um resto, um vazio. E é esse vazio que possibilitará a essa criança separar-se desses outros e ir em direção a diferentes vínculos, a buscar outras formas de satisfazer a si mesma.

Assim, a alienação é, num primeiro momento, uma via de salvação. Ela é necessária para suportar o despedaçamento do Eu. Mas, aos poucos, a “Crian-

ça Maravilhosa”, conceito cunhado por Leclair em 1975 (*apud* QUINTELLA, 2014), ou “Sua Majestade o Bebê” na concepção freudiana (FREUD, 1914/1980), vai percebendo que existem outras coisas e pessoas que despertam o interesse e o desejo da mãe. Então, a sua ilusão se dissipa e ela tende a se voltar também para esses outros objetos por presumir que esteja neles o falo (simbolicamente, o poder). Ou seja, aos poucos esse sujeito precisa ir se desligando do Outro em direção a outros objetos. Como percebe que não é tudo para essa mãe, que o desejo desta aponta para outro lugar, a criança tende a olhar para onde aponta o desejo dessa mãe como lugar privilegiado.

Esse lugar para onde aponta o desejo da mãe pode ser o pai, sua profissão, outros objetos... E essa outra coisa ou objeto assume um lugar de barra na relação dual entre a mãe e seu bebê. Essa seria a importância da função paterna – a função de dar limites a essa relação simbiótica. Portanto, o vazio deixado por esse Outro possibilita a abertura para o desejo, movimentando o sujeito para a busca de outros objetos e formando, assim, identificações com esses novos objetos.

Ao voltar o seu interesse para essas coisas e pessoas que despertam o desejo da mãe, a criança tende a se identificar com traços desses objetos na busca de ser ela também desejada, amada e foco do interesse do Outro. Essas *Identificações Secundárias* seriam primordiais para a formação do nosso Ideal de Eu e, segundo Freud, esta instância seria responsável pelas funções de auto-observação, consciência moral, censura onírica, sendo também a influência principal na repressão, o que ocorreria pouco a pouco quando o Eu infantil fosse introjetando as influências e exigências do meio externo, exercidas pelas autoridades que pesam sobre a criança, principalmente a dos pais (FREUD, 1921/2016, p. 59).

O objeto de desejo da mãe assume, portanto, caráter central na construção subjetiva das pessoas. Na época moderna, este objeto de desejo da mãe normalmente era o pai e, por isso, a criança tendia a se identificar com traços deste segundo objeto de amor, dando fim à sua posição majestosa na relação com o desejo materno (QUINTELLA, 2014). Esta identificação com o pai servia, portanto, como uma barra/limite para essa criança que, na impossibilidade de se satisfazer plenamente a partir da relação com a mãe, se voltava para fora.

Mas, a evolução social ligada ao desenvolvimento da modernidade intensificou o declínio da imago paterna, e isso teve efeitos na construção do psiquismo dos sujeitos, já que o pai deixou de ser um modelo a se imitar. Se a identificação, que constitui a forma mais inicial e primitiva de ligação afetiva

com outra pessoa, e ainda é fator contributivo para a formação do próprio Eu a partir do outro que é tomado como modelo (FREUD, 1921/2016), o que aconteceria se este modelo falhasse? A resposta a esta questão pode ser encontrada na história... “A imago paterna seria um operador fundamental para o estabelecimento do registro simbólico no psiquismo” (BIRMAN, 2017, p. 300). Com a sua fragilização e humilhação instaurou-se a impossibilidade da presença de um princípio de mediação no psiquismo dos sujeitos

O que se verificou, portanto, a partir da intensificação de significativas transformações socioculturais e econômicas relativas à passagem da modernidade para a pós-modernidade, foi que o atual cenário se mostrou um solo fértil para mudanças na constituição subjetiva das pessoas e na relação destas com o laço social mais amplo. Isso elucidada a interdependência do social e do privado já que, por um lado vemos a concepção de sujeito – que desde Freud se sustenta numa estruturação formada ao longo de um percurso histórico singularizado pelo cotidiano – e, por outro, situamos a concepção que ressalta a dimensão da produção da subjetividade, como um acontecimento atrelado a determinado momento histórico e social. É o que se verá a seguir...

Fatos históricos relevantes no que diz respeito às transformações nos cenários sociocultural e econômico

A Revolução Francesa, que data do final do Século XVIII, tem particular importância para discutirmos o cenário que se apresenta neste estudo, visto que a “era moderna” se mirou nas sombras dos ideais conquistados por aquela luta, quais sejam, os de liberdade, igualdade e fraternidade. Grupos políticos radicais, das massas nas ruas e de camponeses da região rural do país, insatisfeitos e ressentidos pela incompetência e pela indiferença do rei Luís XVI, se uniram para derrubar a monarquia, a aristocracia e a Igreja substituindo-as por uma República Democrática que promoveu mudanças radicais baseadas na democracia e em princípios iluministas de cidadania e de direitos inalienáveis que têm influência em muitos países até hoje. “Com a queda da soberania empreendida por essa revolução, o poder político se deslocou do registro vertical da soberania absoluta para o registro horizontal dos laços sociais, de forma que as ordens política e social foram radicalmente reviradas de ponta-cabeça” (BIRMAN, 2018, p. 28).

A Revolução Industrial é um capítulo da História que também deve ser levado em consideração quando pensamos em mudanças no estilo de vida da

humanidade, visto que corresponde às modificações econômicas e tecnológicas que consolidaram o sistema capitalista. Essas inovações permitiram novas formas de organização da sociedade e novas modalidades de trabalho, dando início a um novo padrão de consumo.

O desenvolvimento da racionalidade científica lançada pela Revolução Industrial por um lado, e pelo cientificismo por outro, criaram o discurso do progresso – caracterizado como a ideologia dominante da modernidade. A partir da ruptura com as ordens circular e hierárquica que marcavam as sociedades pré-modernas, isto é, com a passagem do poder da Igreja para o das Ciências, foram surgindo novos conceitos sobre o que é normal, anormal, patológico, aceitável. Isto é, instituiu-se um novo padrão de valores baseado na nova ordem sociopolítica e cultural da modernidade (BIRMAN, 2017).

Com a industrialização houve, gradativamente, a transição do homem do campo para as cidades e, mais tarde, a inserção das mulheres no mercado de trabalho. Aos poucos, a sociedade foi construindo novos arranjos de famílias e diferentes concepções de comportamentos, influenciadas também pelo processo de Globalização e sua atual conjuntura capitalista.

A Primeira e a Segunda Guerras Mundiais também tiveram crucial importância na construção de novo ideário sociocultural e econômico. Estes fatos históricos que impactaram todo o mundo, envolvendo disputas imperialistas, nacionalismo, alianças militares, rivalidades econômicas etc., trouxeram mudanças nos padrões morais, culturais e econômicos. Mas, deixaram também marcas traumáticas profundas nos sujeitos e na sociedade em escala geral.

O processo de Globalização que se intensificou após a Segunda Guerra Mundial teve o seu auge com o avanço tecnológico, especialmente com o advento da internet que disseminou instantaneamente as informações, diminuiu as barreiras comerciais, propiciou o surgimento de empresas multinacionais e transnacionais e aumentou as relações econômicas entre países.

Deste modo, desde a Revolução Francesa até hoje, o mundo vem sofrendo, progressivamente, “avanços” socioculturais e econômicos que expandem as suas barreiras e intensificam as mudanças na maneira de os sujeitos se construírem subjetivamente e de lidarem com os seus pares.

Fatores como o enfraquecimento do Iluminismo – que tinha como alicerces a razão e a ciência e o enfraquecimento do Estado – como aquele que “protegia e velava pelos cidadãos”, parecem ter criado considerável perda de crença no progresso da humanidade, assim como intenso clima de insegurança. E com isso, entraram em declínio os valores da sociedade tradicional moderna,

levando à ausência da figura do pai como organizador da cultura, assim como a grande descrença nas instituições que regulavam o funcionamento social (BIRMAN, 2017). Essas e outras transformações que serão abordadas em seguida inauguraram uma nova época, a saber, a pós-modernidade.

Qual a importância destas transformações na vida de cada um de nós enquanto sujeitos?

Pós-modernismo é o nome aplicado às mudanças ocorridas nas ciências, nas artes e nas sociedades avançadas – EUA, Japão e centros europeus – desde 1950, a partir do desenvolvimento das sociedades pós-industriais baseadas na informação. A invasão da *tecnociência* provocou efeitos diversos sobre a sociedade, modificando a linguagem, ampliando o público e acelerando a circulação de mensagens (FERREIRA DOS SANTOS, 1986).

Com a Globalização e a *tecnociência* a sociedade teria passado a se organizar de modo horizontal e não mais vertical. O modelo vertical tinha padrões fixos de referência: nas famílias, o Pai; nas empresas, o Chefe; e na sociedade civil, a Pátria. E as pessoas, diante destes padrões, tinham duas saídas, ou bem se miravam nos exemplos se adequando ao sistema, ou contestavam, apelando para uma postura rebelde (FORBES, 2019). A partir do final do século XX, a horizontalização ganhou mais espaço no meio social, dissolvendo os padrões fixos de conduta e promovendo identificações menos verticais.

Essa nova realidade social trouxe mais angústia e uma inovadora relação com o desejo, pois, diante da multiplicidade de opções somada à “perda do norte moderno”, parece ter havido o rompimento com o Nome-do-Pai (metáfora lacaniana que remete ao suporte da função simbólica da lei), ou seja, com os elementos de referência que davam base à organização social moderna, o que trouxe muito sofrimento e algumas consequências (BIRMAN, 2017).

Um dos resultados desse processo de transformação é que a autoridade do pai foi perdendo suas forças, fazendo com que a vida social, familiar e política passasse a ser regida por outros parâmetros morais. Esse dissipamento ou enfraquecimento dos ideais pré-definidos que alicerçavam a subjetividade moderna fez surgirem outros caminhos no que diz respeito ao modo como as pessoas lidam com a autoridade, com os limites e as normas sociais.

Destaca-se o fato de que as transformações socioculturais e econômicas definiram novos papéis para homens e mulheres na sociedade e possibilitaram a formação de inovadores e variados modelos de famílias onde o pai não ne-

cessariamente tem papel central e/ou está presente e onde a função paterna – de lei – não tem tanta força como antes. A relação dos pais com a criança hoje se dá a partir de modelos mais horizontais, o que muda substancialmente a sua formação intrapsíquica, especialmente no que tange à sua relação com a autoridade e a lei.

Com a complexificação desse processo de mudanças, inaugurou-se certa dificuldade de os pais encontrarem diretrizes seguras que façam valer a função educativa. Existem muitas dúvidas no que se refere a como esses pais devem proceder diante dessa sociedade mais aberta e horizontal, já que os limites não são mais precisos e os lugares de cada um dentro da família, menos delimitados. Tais mudanças podem resultar em novos contornos da relação das crianças com o laço social.

Todo processo educativo, como bem nos explicou Freud em “*O mal-estar na civilização*” (1930), inclui o privar, o castrar e o frustrar. A criança, com a ajuda do Outro que detém por ela a responsabilidade da sua nutrição – física, afetiva, moral etc.– precisa educar seus ímpetos, seus afetos hostis, seus anseios, a fim de criar condições de possibilidade para se relacionar com os seus pares. Logo, a sociabilidade saudável dependeria da contenção das pulsões (FREUD, 1930/1996).

De acordo com Freud, as coações externas seriam importantes porque, através delas, as crianças iriam pouco a pouco incorporando os ensinamentos sociais, podendo tornar-se, caso esse fenômeno se completasse, esteios da civilização. Resultando que, quanto maior fosse o número de indivíduos deste tipo num círculo cultural, tanto mais segura seria essa civilização. Portanto, na opinião do autor, esse processo é uma aquisição psicológica altamente valiosa para a civilização (FREUD, 1927/2016). E o autor acrescenta explicando que, “as coações externas têm particular relevância na interiorização de uma instância psíquica especial, a saber, o Superego” (FREUD, 1927/2016, p. 14).

Há de se pensar, portanto, nas influências do processo educacional das crianças hoje, pois a cultura atual se mostra mais complexa na contemporaneidade e se percebe o enfraquecimento da lei e o afrouxamento dos limites, acrescidos de certa confusão frente às normas sociais. E, já que o mundo do trabalho exige mais daqueles que assumem as funções materna e paterna, deixa esses personagens com menos tempo para investir na função educativa. Como afirma Kehl (2004), o preço da enorme abertura em relação a tudo o que é novo e diferente é a falta de convicções seguras sobre o bem e o mal, o belo e o feio, o certo e o errado. E é justamente sobre essa liquidez (BAUMAN, 2003) do mundo contemporâneo que as crianças e todos nós temos de nos haver hoje.

Como se vê, esse movimento de expansão propiciado por fatos históricos que se deram no início do século XX, como o declínio do poder da Igreja e o avanço do discurso da Ciência, atingiram o patriarcado e a família no seu epicentro, como destaca Miller, 2005 (*apud* QUINTELLA, 2014). Esse novo modelo deixaria o sujeito entregue ao acaso, tendo ele próprio que se responsabilizar pelas suas escolhas e pela sua vida, sem exemplos “seguros” para se mirar.

Além disso, essa nova concepção sociocultural traz outras consequências. Segundo a psicanalista Teresa Pinheiro, hoje há uma prevalência da imagem de si, narcísica, e certo imediatismo da satisfação pulsional. E “tal condição parece substituir qualquer possibilidade de projeção num futuro que suporte o tempo de espera na sustentação do desejo” (PINHEIRO, 2005, *apud* QUINTELLA, 2014). O Eu que se forma hoje é, portanto, um eu ideal quase impossível de se realizar, tamanha a sua idealização. É um Eu mais individualista, mais voltado para si, mais imediatista e, conseqüentemente, com mais dificuldades de se projetar para o futuro.

Desse modo, com a fragilidade das identificações e estando voltado cada vez mais para si, o sujeito contemporâneo se vê desamparado e com frágeis referências. Essas mudanças trouxeram mais “liberdade”, mas menos diretrizes. Isso pode resultar numa relativização dos valores e das normas sociais e pode colaborar para que cada um se guie pela “sua própria cabeça”, desconsiderando o bom-senso e fragilizando o senso de coletividade: o que vale é o que Eu penso, o que Me interessa e o que Me beneficia. O resto é o resto!

Como se vê, estas novas circunstâncias socioculturais e econômicas provocam enormes mudanças no modo como lidamos com a realidade, pois conforme a sociedade se transforma, os lugares sociais de homens, mulheres e crianças se modificam, assim como o que é valorizado por aquela cultura. Nesse sentido, o Eu que, inequivocamente, se mira no Outro para se construir, acaba ganhando novas características, implicado que permanece às suas relações com o seu entorno micro e macrossocial.

Compreende-se, deste modo, que as relações do indivíduo com seus pais e irmãos, com a pessoa objeto de seu amor e com todos os demais, podem aspirar a ser consideradas como fenômenos sociais, tornando-se assim sem significado a oposição entre a psicologia individual e a psicologia social ou coletiva, pois o Outro como modelo, objeto, auxiliar ou adversário sempre aparece integrado efetivamente na vida intrapsíquica dos sujeitos. “Desse modo, a psicologia individual é ao mesmo tempo e, desde o início, psicologia social” (FREUD, 1921/2016, p. 7).

Portanto, todas as mencionadas transformações socioculturais e econômicas têm influência determinante na formação da subjetividade dos sujeitos contemporâneos, principalmente, nos campos de interesse do atual estudo, quais sejam, as implicações dessas transformações macrossociais com as mudanças dos sujeitos no que se refere à sua relação consigo mesmos e com o Outro, desenvolvendo, a depender das condições externas, diversas formas de subjetivação e diferentes relações com o laço social.

As consequências dessas transformações sobre o contexto macrossocial

Antes de explorar esta parte do estudo é importante salientar que as mudanças que serão explicitadas aqui têm lugar em boa parte do mundo e não só no Brasil. No entanto, o foco do atual estudo é o de explorar a sociedade brasileira tendo em vista as mudanças no comportamento de muitos dos seus habitantes a fim de compreender, de modo mais claro, os possíveis fatos e pensamentos que embasam e/ou têm influência sobre esse processo.

Em primeiro lugar, importa destacar que a fugacidade da lei também tem as suas consequências no contexto sociocultural mais amplo, pois se pode notar que alguns valores arraigados – que fazem parte da história do nosso país e estavam ofuscados devido a alguns avanços nos padrões culturais das últimas décadas – reapareceram. Esses valores pertencentes aos primórdios da nossa sociedade se mantiveram no subterrâneo do Inconsciente Coletivo e emergiram em “condições de clima e pressão favoráveis”. Ou seja, diante da atual crise econômica e ética, tais condições tendem a despertar, em cada um de nós, medos profundos e angústias e podem, conseqüentemente, consolidar diferentes tipos de defesas.

Isso nos leva a pensar que, do mesmo modo que um sujeito mantém lembranças infantis esquecidas, recalçadas, que podem ressurgir na consciência em condições específicas, isto é, quando há a associação dessas lembranças com outras experiências de vida, na sociedade também o mesmo se dá. No indivíduo, o trauma deixa uma marca e, logo, é disparada uma defesa. Toda vez que acontece algo que se liga a essa situação traumática, as defesas são acionadas. De modo semelhante, quando os sujeitos, numa sociedade, se sentem acuados diante de uma situação ameaçadora – de insegurança e de incerteza, os mesmos podem recorrer a defesas já acessadas em momentos anteriores, com fins de se sentirem mais seguros.

Assim vemos ressurgir o que o doutor em Sociologia Política Ivann Lago nomeou como o lado obscuro do “brasileiro médio” ou do “homem médio”.

Ou seja, o lado preconceituoso, violento, racista, machista, autoritário, moralista... que por algumas décadas vinha sendo abafado por não encontrar respaldo na sociedade brasileira. Essa resposta social pode ser entendida como uma tentativa de restituição egoica por parte de alguns que não se sentiam reconhecidos na sociedade ou como uma defesa baseada em modelos conhecidos que tendem a garantir mais segurança a esses sujeitos.

O clima de desconfiança, de medo e angústia que se instaurou no momento social atual se dá por inúmeras razões. Algumas delas já foram exploradas aqui – a perda dos ideais modernos que norteavam os sujeitos; o aumento inexorável de informações, resultado da globalização e da *tecnociência*; as mudanças no modelo de formação e de funcionamento das famílias; etc. Mas, ainda existe um fator que parece ser determinante na contemporaneidade, qual seja, a crise econômica.

Sabemos que opera no nosso país o modelo neoliberal de funcionamento econômico. Esse modelo tem implícita em sua lógica a competitividade do “livre-mercado”, o pensamento meritocrático (que é uma proposta indecente para um país tão desigual como o Brasil), a competitividade, o individualismo e o materialismo. E esse ideário atinge a todos nós de modo devastador fazendo com que funcionemos a partir dessas lógicas para nos sentirmos pertencentes e valorados. Assim, pode-se dizer que o liberalismo moderno influenciou não só a ciência econômica da sua época, mas também as condutas morais dos cidadãos, pois diante das insatisfações sociais e das perdas dos ideais modernos, o ideário de consumo entrou em cena de forma viva e intensa apresentando-se como uma forma de atenuar o sofrimento (FORTES, 2012).

A psicanalista argentina Nora Merlin (2021) tem visão semelhante à de Fortes (2012) ao explicar que o neoliberalismo que se exacerbou na sociedade pós-moderna não se coloca hoje apenas como modelo econômico, mas como uma prisão de subjetividade, uma forma de vida. Segundo a psicanalista, esta nova subjetividade neoliberal enaltece a Supremacia do Eu através de mensagens ilusórias transmitidas por veículos midiáticos como as TVs, redes sociais etc.; como as de “empreendedor de si”, “seu próprio chefe” ... Mascarando assim, todas as perdas de direitos implícitas nesses novos modelos de trabalho.

A mídia tem, portanto, influência capital na formação destes novos modelos de subjetividades, pois atua nos preâmbulos inconscientes imprimindo valor e capturando as pessoas, sorrateiramente, através dos seus mais arcaicos e intensos desejos, quais sejam, os de serem admiradas, amadas e desejadas pelo outro.

Estamos inseridos num mundo onde a desregulação do trabalho e a perda de direitos sociais são o “*modus operandi*” das corporações. É preciso desregulamentar o trabalho para reduzir custos! E isso se dá num momento em que o mundo tecnológico vive uma impulsão profunda trazendo inovações que não necessariamente têm sentido humano social e sim vantagens para os grupos corporativos (ANTUNES, 2019). E o Estado, seguindo a lógica do mercado, vem cada vez mais se desobrigando de qualquer tipo de seguridade social.

Assim, diante da insegurança causada por esse cenário de desproteção e desemprego, ou as pessoas se adaptam a estes novos modelos de trabalho ou nada terão. Percebe-se, portanto, “a cassação de inúmeros direitos sociais e a expressão plena de uma política de abandono completo da classe trabalhadora” (ANTUNES, 2019).

Desnudar esse cenário importa, pois ele gera em nós uma sensação de incerteza. Os órgãos coletivos encarregados da ordem global da sociedade enfraqueceram seu poder e sua influência, ficando a gerência da vida a cargo da iniciativa de cada um de nós. E, uma das contrapartidas desse processo é a culpabilização daqueles que não são bem-sucedidos na gerência de suas vidas, daqueles que não conseguem se inserir na lógica vigente, resultando numa grande aflição gerada pela falta de pertencimento ou de reconhecimento e, conseqüentemente, pelo ressentimento e/ou pela falta de sentido para a sua existência.

Decerto essa desproteção e essa opressão vivenciadas pela maior parte da população brasileira – afundada que está no ideário neoliberal – podem acabar sendo um disparador para certa hostilidade à cultura, dando lugar a perigosos levantes. Pois “não é preciso dizer que uma civilização que deixa insatisfeito tão grande número dos seus participantes os arrasta à revolta e até à possível destruição da própria civilização” (FREUD, 1927/2016, p. 15). Ou seja, quando os laços sociais deixam de ser um refúgio contra a violência da vida, eles mesmos tornam-se fonte do clima de guerra e de competição entre os homens.

Assim, os recursos psíquicos e emocionais que os contemporâneos têm utilizado não têm se mostrado suficientes para dar conta do mal-estar social e do buraco afetivo, ambos ocasionados pela lógica social perversa motivada pelo neoliberalismo. Soma-se a isso a perda do potencial de simbolização da subjetividade contemporânea, imersos que estão os sujeitos no mundo dos objetos e da correria individual a fim de “alcançar o sucesso” (BIRMAN, 2012). Parece que fomos todos lançados num grande deserto afetivo estando órfãos de um sistema de proteção, seja no âmbito social mais amplo – com a despro-

teção do Estado, ou mesmo dentro das famílias – já que hoje os pais se veem imersos no mundo do trabalho, boa parte do dia, sem poder dar aos seus filhos a sustentação afetiva e educacional de que eles precisam.

Tudo leva a crer que não estávamos preparados para todas as mudanças trazidas pela Globalização e por tudo o que a envolve. Ou seja –os avanços tecnológicos que fizeram aumentar o nosso campo de visão sobre o mundo, criando tantas novas possibilidades; os avanços científicos que adicionaram incontáveis anos de vida para as pessoas na atualidade e todas as mudanças nos padrões de vida que temos em consequência disso – seria necessário certo tempo para assentar essas mudanças e encontrar novos caminhos para nos adaptarmos a esse processo acelerado de transformações.

Em contrapartida, temos na atualidade, como consequência de todas essas mudanças, muitos avanços culturais relacionados ao reconhecimento das diversidades, aos progressos democráticos que envolvem a inclusão da diferença e dos grupos menos favorecidos economicamente, a validação dos direitos das minorias etc. A validação das diversidades traz consigo novas dimensões sobre o que é normal e sobre o que não é, sobre o que é patológico e sobre o que não é. A homossexualidade pode ser um exemplo disso, pois era considerada pela psiquiatria como um quadro clínico patológico, até há pouco tempo. Mas hoje Birman afirma, esperançosamente, que “seria impossível pensar o espaço social na sua espessura e complexidade sem a problematização efetiva da diferença” (BIRMAN, 2018, p. 41).

No entanto, tais conquistas sociais não foram alcançadas com facilidade. Parte da sociedade brasileira demonstra-se insatisfeita e incomodada com muitos desses avanços e pressionam para que eles esmoreçam. Uma das justificativas para esse incômodo parece ser o medo de possíveis perdas de privilégios, bem como de perda do reconhecimento do lugar de prestígio que esse grupo ocupava na sociedade.

Outra justificativa para muitos brasileiros resistirem às mudanças sociais trazidas pela pós-modernidade se explica pelo medo extremo do colapso de valores e da falta de referências identitárias fixas que foram abaladas desde a modernidade. Forbes (2019) explica que, como saídas para esse cenário instável de medo e angústia surgiram as epidemias de autoajuda e de religiões, como alternativas para acalmar as pessoas.

A religião é um capítulo à parte na contemporaneidade, em especial, no nosso país. Para Freud a religião é uma criação humana de fundamental importância para a manutenção da civilização. Pois, segundo ele, a religião serve de apoio para o sentimento de desamparo, para o fortalecimento da moralida-

de e para a repressão de impulsos destrutivos inerentes à natureza dos humanos (FREUD, 1927/2016). Embora o fundador da psicanálise veja as religiões como uma ilusão, trata-se de uma ilusão necessária, visto que a nossa civilização está ancorada sobre ela e visto que não se encontrou até hoje nenhum outro modo de dar ao homem o apaziguamento interno de modo igualmente satisfatório, principalmente diante de condições de extrema dor, caos ou crise (*Ibid.*).

Mas, da mesma forma que pode inventar deuses, anjos e demônios para fins de satisfazer suas necessidades internas, de dar destino às injustiças terrenas, de criar padrões morais de conduta que possibilitem a vida em comum e de encontrar saídas para o seu desamparo (FREUD, 1927/2016), o ser humano também pode utilizar outros meios ilusórios para lidar com a realidade. Um destes meios é a negação.

Muitos sujeitos que agem movidos pelo mecanismo defensivo da negação funcionam a partir do Princípio do Prazer em vez de o fazerem a partir do Princípio da Realidade (conceitos que Freud utiliza para explicar o processo que ocorre com o sujeito ao sair da fase infantil para a fase adulta, ingressando na cultura). Trata-se, em parte, de uma forma de escapar de uma realidade desconfortável e de as pessoas não precisarem se privar de alguns dos seus desejos, pois, a ilusão serve-se muito da nossa vontade (FREUD, 1927/2016, p. 36).

O mecanismo defensivo da negação ou o que é nomeado popularmente hoje como negacionismo tem sido amplamente discutido na atualidade. No nosso país ele tem sido representado por uma parcela da sociedade que rejeita saberes e conceitos básicos, incontestáveis e apoiados na História e/ou nos conselhos científicos. A negação de preceitos que outrora eram irrefutáveis se dá pela disseminação de ideias radicais e controversas motivadas pela atual política de extrema direita. O exemplo mais atual disso pode ser a resistência desse grupo às recomendações sanitárias advindas dos conselhos e órgãos científicos do nosso país, em ocasião da crise pandêmica que estamos atravessando. Há uma tendência desse grupo de negar a realidade e de passar a impressão de que não está acontecendo nada de grave, de que nada está nos ameaçando...

De acordo com a psicanalista Maria Rita Kehl (2021) também existe, por parte dos negacionistas, um sentimento de força, poder e ousadia que os leva a desconsiderar o perigo e a agir de modo indiferente diante dos seus pares. Eles sabem que correm perigo e fingem para si mesmos que com eles nada acontecerá; sabem o que a ética lhes impõe, mas agem como se tivessem direi-

tos excepcionais, não aceitam restrições ao seu gozo. Denominado *denegação* – e explicado pela autora – este é o mecanismo psíquico que caracteriza as perversões.

Freud (1927) esclarece que, não só na infância, mas também na vida posterior, um homem adulto talvez possa experimentar um pânico semelhante ao que é sentido pela criança diante da ameaça de castração, quando se eleva o clamor de que seu Trono e seu Altar correm perigo, e acrescenta que consequências ilógicas decorrerão daí. “O Trono e o Altar são os pilares da sociedade e, quando eles são abalados, o pânico se dissemina e logo advirão comportamentos irracionais” (DRAWIN; MOREIRA, 2018, p. 92).

Assim, o mecanismo defensivo do desmentido pode ser evocado diante de uma realidade insuportável que ameaça a integridade do Eu de um sujeito ou de um grupo – quando existe alguma condição sociocultural e/ou econômica que coloque esses sujeitos em posição de vulnerabilidade e/ou de perda de reconhecimento, ameaçando assim sua integridade narcísica. Diante disso, eles podem recorrer a soluções irracionais se colocando até como instrumentos de um projeto social perverso para se sentirem salvos da ameaça de irrupção narcísica.

Deste modo, para além do recurso religioso e dos mecanismos defensivos da negação e do desmentido, vemos surgir no nosso país um movimento social que também pode ser visto como uma resposta às já mencionadas resistências, de parte dos brasileiros, ao cenário de mudanças sociais da pós-modernidade. Trata-se de uma tentativa de retorno ao conservadorismo, e a busca por um novo Pai. Esse movimento sociopolítico tem sido observado em alguns países, dentre eles o Brasil. Como salienta Birman, “[...] em face da sua condição de desamparo, o sujeito pode apelar dramaticamente para a proteção de figuras do Pai Ideal e do Supereu. Porém, com isso também, o sujeito passaria a se colocar numa posição degradante de submissão e de servidão voluntária [...]” (2017, p. 164).

É nesse sentido que Calligaris (1986) explica que o neurótico se organiza ao redor da tentativa de se proteger desesperadamente de um impossível. Devido à sua condição de vulnerabilidade – já que os seus vínculos nunca estão totalmente garantidos –, ele precisa da invenção de uma instância que tenha consistência e que passe pela suposição de um suposto saber paterno que lhe garanta uma ilusória sensação de segurança. O autor comenta,

[...] se o saber suposto ao pai pudesse por milagre ser propriamente sabido, isso resolveria a nossa incerteza. Mais ainda, se,

por ser sabido, pudesse então ser compartilhado, isso pareceria nos abrir a porta de uma relação possível com os nossos semelhantes, pois de repente poderíamos conseguir praticar juntos um mesmo fantasma (CALLIGARIS, 1986, p. 112).

Esse tipo de acontecimento coletivo em que um grupo social compartilha um mesmo fantasma pode se dar em momentos em que o Trono e o Altar (FREUD, 1927) dos sujeitos estejam em perigo. Ou seja, quando numa sociedade surgem momentos críticos no âmbito socioeconômico e/ou democrático, quando os sujeitos se veem inseguros diante de uma possível perda de privilégios econômicos e/ou socioculturais, quando existe, por fim, a ameaça de um possível abalo narcísico provocado pela perda do seu reconhecimento, isto é, pela perda do lugar privilegiado que esses podem ocupar numa sociedade. Esses fenômenos podem fazer erguer processos defensivos diante da ameaça de abalo do seu narcisismo e o sujeito pode abdicar até da sua singularidade em prol de uma construção – de preferência coletiva – de um semblante de saber paterno que seja sabido e compartilhado.

A construção desses fenômenos de massa já fora debatida por Freud (1921/2016) anteriormente. Ele explica que, em condições como essas, “os indivíduos que fazem parte de uma multidão se acham fundidos em uma unidade” formando uma “alma coletiva que fá-los sentir, pensar e agir de uma maneira inteiramente diferente de como sentiria, pensaria e agiria cada um deles isoladamente” (FREUD, 1921/2016, p. 12). E que “a superestrutura psíquica tão diversamente desenvolvida em cada indivíduo fica destruída, apagada, desaparecendo assim, a personalidade de cada um dos que a integram” (FREUD, 1921/2016, p.13).

Os benefícios desse tipo de formação de massa para os indivíduos seriam o sentimento de potência invencível, a permissão para ceder a instintos que, como indivíduos isolados seriam refreados por medo de reprimendas e consequências punitivas e o desaparecimento do senso de responsabilidade que tende a se diluir em meio à massa anônima (FREUD, 1921/2016). Por outro lado, o custo desse tipo de operação seria a transformação do sujeito em instrumento do saber assim estabelecido (CALLIGARIS, 1986).

Mas, esse mecanismo de defesa coletivo, essa montagem perversa, promete um imenso alívio. E o sujeito neurótico, para obter essa recompensa, tende a pagar qualquer preço. Ele pode se submeter a seguir ordens, a abdicar dos seus valores, das suas convicções, do seu pensamento crítico, enfim, da sua subjetividade, paralisando-se na inércia totalitária do laço associativo.

Calligaris (1986) diz que os neuróticos têm uma paixão pela instrumentalidade. Ele explica que essa tentativa e essa tentação de saída da neurose, funcionam no nosso cotidiano micro e macroassociativo. E acrescenta que, de fato parece que só conseguimos encontrar um semblante à condição de sair da neurose pelo lado da referência comum a um saber sabido, compartilhado, do qual possamos todos ser instrumentos.

Muitos brasileiros se questionam sobre como não perceberam esse movimento social ganhar corpo e se formar no que hoje se apresenta na esfera sociopolítica brasileira. Uma das explicações que existe é que o caldo de cultura que produziu o movimento político atual estaria embasado num saudosismo referente à tradição autoritária brasileira, que muitos sentem ser a saída para a resolução dos problemas socioculturais e econômicos que os afetam. Talvez seja o que alguns brasileiros têm como modelo quando se trata de solucionar crises, referenciados que estão no aprendizado progresso. Mas existe ainda outra razão, não tão simplória e previsível quanto esta primeira e que vem se espalhando por algumas partes do mundo, incluído o nosso país: trata-se de uma corrente ideológica chamada de Tradicionalismo.

O Tradicionalismo tem na sua base alguns pensadores como Steve Bannon, Aleksandr Dugin, Gábor Vona, René Guenon, Julius Evola e Olavo de Carvalho representando o Brasil. Usualmente utilizamos a palavra tradicionalista para descrever alguém que prefere fazer as coisas à moda antiga, que acredita que a vida costumava ser melhor e que tem postura crítica com relação às novas tendências (TEITELBAUM, 2020). Mas, a corrente Tradicionalista mencionada aqui, corresponde a um pensamento muito mais complexo e bizarro do que a concepção exposta anteriormente.

O Tradicionalismo é uma corrente de pensamento ainda difusa que não coaduna nos seus expoentes de pensadores uma unidade de pensamento concreta e básica. Um dos preceitos utilizados pelos tradicionalistas é a revolta e o antagonismo contra o mundo moderno e a contemplação espiritual de ciclos do tempo. Trata-se de uma doutrina espiritualista que não interpreta a História em termos de progresso como os modernos, e sim em termos de ciclos. Uma de suas lutas é a de revelar à humanidade a existência de um núcleo espiritual que é deixado de lado pelas perniciosas visões materialistas. Sendo este núcleo a fonte motriz da sociedade.

Para conseguirem certa adesão no meio político, os tradicionalistas entenderam que precisavam influir sobre a cultura fundando escolas para formar novos líderes, se inserindo em meios espirituais e políticos e utilizando a internet como meio de potencialização do alcance de canais alternativos. A meta-

política utilizada por esse grupo alimenta um sentimento antissistema que se mistura com o nacionalismo e com o antiglobalismo. E um dos ingredientes fundamentais para chegar a esse fim é deslegitimar os sistemas modernos de compreensão do mundo, atacando a ciência e todos os demais campos de atuação ligados à produção de conhecimento, como as escolas e as universidades. Chegando, portanto, à conclusão de que o que impulsiona a política é a cultura (TEITELBAUM, 2020).

Com o tempo essa nova corrente que vem se expandindo em alguns países como os EUA, com protagonismo de Donald Trump e, o Brasil, com o governo de Bolsonaro, foi ganhando força entre “as pessoas comuns”. Através do pensamento antissistema foi-se construindo uma onda antidemocrática baseada numa tática de destruição e desmobilização do próprio governo, através da inserção de líderes hostis às próprias instituições. E, a partir da Lógica da aceleração, este grupo almeja agir pela metapolítica sobre a cultura, colocando o poder político a serviço da destruição, com fins de imobilizar o que move o tempo moderno até o mesmo se despedaçar (SANCTIS; SILVA REIS, 2021). Ou seja, o Tradicionalismo ganhou uma base pervertida para a criação do atual modelo político.

De acordo com Birman (2018, p. 28), “a modernidade política no Ocidente seria marcada pelo ideário da invenção democrática”, o que se transformou num projeto político da democracia radical. Esta última deve ser sempre reinventada pela própria mobilidade das demandas no espaço social, o que pressupõe o reconhecimento efetivo do multiculturalismo contemporâneo como matéria prima para a construção do campo hegemônico da política.

Porém, tal invenção democrática – e seu subsequente reconhecimento das diferentes demandas sociais – só pode vigorar se existirem nessa sociedade um número determinado de sujeitos maduros. Pois, como esclarece Winnicott (2011, p. 228), “a sociedade democrática é uma sociedade madura, isto é, possui uma qualidade que vem de par com a qualidade de maturidade individual que caracteriza os seus membros sadios”. Deste modo, para estudar o desenvolvimento emocional de uma sociedade deve-se acompanhar de perto o estudo do indivíduo.

Winnicott (2011) chama de antissociais ocultos aqueles indivíduos que, diante de insegurança interna utilizam uma ligação com a autoridade, como via alternativa. Trata-se de uma identificação doentia e imatura que tem como base a necessidade de controlar a força conflitante do mundo externo. Em contraposição a isso, as pessoas sadias seriam capazes de suportar a depressão e as forças conflitantes internas, assim como também seriam capazes de lidar com essas forças conflitantes no âmbito exterior, na realidade compartilhada.

O autor explica que, em determinado momento da sociedade, pode haver um número x de indivíduos cuja falta de sentido social pode manifestar-se no desenvolvimento de uma tendência antissocial. Winnicott (2011) chama este grupo de antissociais manifestos. E é nessas circunstâncias que nascem as referidas vias defensivas alternativas utilizadas pelos antissociais ocultos, que se juntam ao primeiro grupo na esperança de se fortalecerem diante dos conflitos. Ainda pode se juntar a esses grupos de antissociais manifestos e ocultos uma parcela da sociedade denominada pelo autor como os indeterminados. São aqueles que, por fraqueza ou por medo, se associam aos antissociais.

Decerto sempre haverá uma parcela da sociedade que se volta contra a cultura e contra as bases democráticas que garantem a manutenção da civilização. Portanto, “[...] quando se tenha chegado ao estado em que a atual maioria hostil à civilização seja reduzida a uma minoria, ter-se-á conseguido muito, talvez tanto quanto seja possível conseguir” (FREUD, 1927/2016, p. 12).

Mas, o que poderíamos fazer então para defender a democracia? Winnicott (2011) dá algumas indicações valiosas. Em primeiro lugar, é necessário não interferir na relação boa ou normal que possa se estabelecer entre uma mãe e seu bebê, do mesmo modo que nos lares bons e normais. Estar atento ao desenvolvimento emocional das crianças em todas as suas idades, bem como à psicologia da mãe e às funções do pai também são tarefas importantes e que devem ser estudadas a fim de colaborar no processo de desenvolvimento de sujeitos maduros e, logo, capazes de ser democráticos. Uma vez formados os sujeitos maduros ou saudáveis, se faz necessário educá-los para procedimentos democráticos e, por fim, seria necessário dar apoio a indivíduos emocionalmente maduros, por poucos que sejam, e esperar que o tempo faça a sua parte...

Portanto, percebe-se que as preocupações que se pode ter com a sociedade se colocam em paralelo de importância com as preocupações que se deve ter com as pessoas individualmente, principalmente no âmbito do seu desenvolvimento. Se uma sociedade estiver órfã de base simbólica, se não encontrar em seus pares suportes através de ambientes seguros e protegidos para se desenvolverem de modo saudável, se não forem dadas aos pais condições de serem suportes afetivos e educativos para seus filhos, se construirá uma sociedade traumática e adoecida, com fortes tendências a uma construção autoritária e antidemocrática, amedrontados e inseguros que estarão os seus membros.

De fato, é difícil separar e delimitar as influências que todas as mudanças socioculturais e econômicas explicitadas tiveram sobre os indivíduos e sobre a

sociedade nas suas esferas micro e macrossocial, pois, como se viu, este processo é interdependente e se retroalimenta. Mas, o que se pode notar é que em situações de crise, medos e angústias são despertados acionando um sistema de autopreservação e autodefesa. Esses sistemas defensivos são construídos a partir de referências históricas, de vivências culturais pregressas que se misturam às atuais.

Por isso, vale ficarmos atentos às especificidades da nossa época sem desconsiderar o saber histórico, ou seja, o entendimento que dá base e contextualização a nossa identidade sociocultural, em seus aspectos positivos e negativos. Conscientes desses saberes, é possível visualizar saídas mais inclusivas e democráticas para solucionar os nossos conflitos e dificuldades, sejam eles de ordem econômica e/ou sociocultural. E, conseqüentemente, sermos cidadãos mais maduros e atuantes em prol do bem comum.

Considerações Finais

É provável que o retorno às explicações sobre a modernidade e seu *modus operandi* e a comparação desta época com a pós-modernidade possa, por vezes, não nos soar palatável. É digno que esse ponto de vista seja sentido como melancólico e até perigoso, já que este levantamento de comparações com a contemporaneidade pode servir de esteio para reforçar, erroneamente, uma necessidade de retorno às bases conservadoras; porém, o objetivo de revisitar o passado e criar este paralelo é compreender o caminho que nos trouxe até aqui, expondo fatos que nos auxiliem num entendimento mais claro e coeso.

Percebe-se, assim, que parte das “mudanças de comportamento” dos brasileiros, que hoje podem ser vistas a olho nu e que nos assustam, não caracterizam bem uma mudança e sim um irromper de precipitados antigos que emergiram para a superfície social em “situação favorável de temperatura e pressão”. E que o estado de paralisia de boa parte da sociedade pode se dar tanto pela dificuldade de adesão ao atual pensamento coletivo quanto pela predominância de estados afetivos intensos – como os de angústia e de medo que, normalmente, nos engolfam em situações de crise, nos roubando as forças e a racionalidade. Destaca-se ainda, como o ultraindividualismo pode dificultar a união de forças em prol das mudanças possíveis e necessárias.

Outra questão que se coloca é saber se conseguimos (e como) encontrar um ponto de ancoragem, diante de tanta diversidade e abertura, que justifique a nossa existência. E também como podemos criar um sentido que possibilite

a integração e a riqueza subjetivas evitando sintomas tão disruptivos, angustiantes e mortíferos como os que observamos na contemporaneidade. E mais ainda, caberia pensarmos como podemos reverter e evitar colapsos sociais em termos morais e éticos, como os observados em nossa cultura... Seria possível atingir esses fins prescindindo de um Pai? Seria possível nos guiarmos a partir de um laço fraterno ao invés de nos organizarmos a partir de um laço paterno? São questões que ficam em aberto...

O que me parece urgente é que nós, pós-modernos, possamos legitimar uma nova época, deixando de utilizar velhas soluções para novos problemas. Pois, quando fazemos isso, podemos nos iludir achando que estamos cuidando dos problemas, enquanto os mesmos vão se disseminando sem percebermos a real gravidade desse movimento.

Se a subjetividade se constrói em contextos socioculturais determinados, necessário seria que esses fossem contextos de maior suporte, tanto nos âmbitos familiares quanto nas esferas sociais mais amplas. Desse modo seria possível o enfrentamento das velhas e das novas fontes de mal-estar de modo menos perverso, com menos exclusão e menos competitividade. Mas, como tais metas não são alcançadas individualmente, torna-se necessária uma união cultural que regularize e legitime o reconhecimento da diferença, o respeito ao próximo, a garantia da democracia e o senso de coletividade. Porém, esse “*holding* necessário” colocaria em xeque o neoliberalismo atual, pois como se viu, ele funciona justamente sobre as citadas bases perversas e acaba nos arrastando para o mesmo movimento.

É nesse contexto que se destaca a importância da psicanálise como referencial teórico capaz de somar no que se refere à compreensão sobre o campo da política na contemporaneidade. Pois, como foi visto, não há como se separar a problemática do sujeito, a construção da sua subjetividade e a cultura na qual ele está inserido, sendo qualquer ato instituído por ele, um ato político. Assim, fez-se necessário e sempre se fará, no estudo psicanalítico, compreender o sujeito nas suas esferas individual e coletiva a partir de um estudo interdisciplinar.

Tramitação

Recebido 13/09/2022

Aprovado 27/03/2023

Referências

ANTUNES, R. Empreendedorismo é mito em país que não cria trabalho digno. *UOL*, São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2019/09/14/entrevista-sociologo-ricardo-antunes-trabalho-emprego-empresendedorismo.htm>>. Acesso em: 10 fev. 2021.

BIRMAN, J. *O sujeito na contemporaneidade: espaço, dor e desalento na atualidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

_____. *Arquivos do mal-estar e da resistência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

_____. Psicanálise e filosofia política na contemporaneidade: sobre as categorias de povo, de populismo e de identidade na atualidade. In: HOFFMANN, C.; BIRMAN, J. *Psicanálise e política: uma nova leitura do populismo*. São Paulo: Instituto Langage/ Université Paris Diderot, 2018. p. 21-49.

CALLIGARIS, C. A sedução totalitária. In: _____. *O laço social, sua produção e a psicanálise*. Porto Alegre: Cooperativa Cultural Jacques Lacan, 1986.

DRAWIN, C.; MOREIRA, J. A Verleugnung em Freud: análise textual e considerações hermenêuticas. *Revista Psicologia USP*, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 87-95, 2018.

FIGUEIREDO, L. C. *Elementos para a clínica contemporânea*. São Paulo: Escuta, 2018.

FORBES, J. Existe futuro para a psicanálise. *Democracia na Teia*, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=f_gJW5tGIXE&t=34s>. Acesso em: 10 fev. 2021.

FORTES, I. *A dor psíquica*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2012.

FREUD, S. (1921). *Psicologia das massas e análise do eu*. Rio de Janeiro: Delta, 2016. (Obras completas, 9).

_____. (1927). *O futuro de uma ilusão*. Rio de Janeiro: Delta, 2016. (Obras completas, 10).

_____. (1927). *O fetichismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. (Obras completas, 21).

_____. (1930). *O mal estar na civilização*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Obras Completas, 21).

_____. (1914). *Sobre o narcisismo: uma introdução*. Rio de Janeiro: Imago, 1980. (Obras Completas, 14).

HOFFMANN, C.; BIRMAN, J. *Psicanálise e polícia: uma nova leitura do populismo*. São Paulo: Instituto Langage/Université Paris Diderot, 2018.

KEHL, M. R. Civilização partida. *Artepensamento IMS*, 2004. Disponível em: <<https://artepensamento.com.br/item/civilizacao-partida/>>. Acesso em: 10 fev. 2021.

_____. O perverso não aceita restrições ao seu gozo: Maria Ria Kehl analisa o negacionismo. *Carta Capital*, 2021. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/entrevistas/o-perverso-nao-aceita-restricoes-ao-seu-gozo-maria-rita-kehl-analisa-o-negacionismo/>>. Acesso em: 12 mar. 2021.

LACAN, J. (1953). *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

LAGO, I. O Jair que há em nós. *Blog Ivann Lago*, 2020. Disponível em: <<https://ivannlago.blogspot.com/2020/02/o-jair-que-ha-em-nos.html>>. Acesso em: 10 fev. 2021.

MERLIN, N. Do culto ao eu à passividade social. *Outras Palavras*, 2021. Disponível em: <https://outraspalavras.net/trabalhoeprecariado/do-culto-ao-eu-a-passivida-desocial/>>. Acesso em: 10 fev. 2021.

NEVES, D.; SOUSA, R. Revolução Industrial. *Brasil Escola*. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/historiag/revolucao-industrial.htm#:~:text=A%20Revolu%C3%A7%C3%A3o%20Industrial%20foi%20o,processo%20de%20forma%C3%A7%C3%A3o%20do%20capitalismo>>. Acesso em: 12 mar. 2021.

NEVES, D. Primeira Guerra Mundial. *Brasil Escola*. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/historiag/primeira-guerra.htm>>. Acesso em: 12 mar. 2021.

QUINTELLA, R. As funções do pai: pensando a questão da autoridade na constituição do sujeito contemporâneo a partir de um estudo psicanalítico do ideal do eu. *Revista Subjetividades*, Fortaleza, v. 14, n. 2, 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2359-07692014000200011>. Acessado em: 10 fev. 2021.

SANCTIS, A.; SILVA REIS, L. A destruição como uma política do espírito. *Revista quatro cinco um*, São Paulo: Ed. UNICAMP, 2021. Disponível em: <<https://www.quatrocinco.um.com.br/br/resenhas/laut/a-destruicao-como-uma-politica-do-espírito>>. Acesso em: 12 mar. 2021.

TEITELBAUM, B. R. *Guerra pela eternidade: o retorno do tradicionalismo e a ascensão da direita populista*. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2020.

WINNICOTT, D. W. *A família e o desenvolvimento individual*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.